

Processo nº 007486/2019 -TC

Relator: Carlos Thompson Costa Fernandes

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Canguaretama / RN

Gestor responsável: Wilinhene Cristina da Silva, CPF: nº 068.425.541 - 63

Assunto: Portal da transparência.

INFORMAÇÃO TÉCNICA

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL.
EXERCÍCIO 2019. DIVULGAÇÃO DE
INSTRUMENTOS. OMISSÃO DO GESTOR.
APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.
APLICAÇÃO DE MULTA.

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da apuração de responsabilidade pelo descumprimento de obrigações legais e normativas pertinentes à divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal na forma prevista nos artigos 48 e 48-A da Lei Complementar 101/00 e nos artigos 25 e 26 da Resolução nº 11/2016 – TCE.
2. Considerando que o município possui população superior a 10.000 (dez mil) habitantes, considerando os dados divulgados pelo IBGE em seu sítio na internet, acessados em 09/10/2019, também foi verificado o cumprimento das obrigações previstas na Lei de Acesso à Informação - lei federal nº 12.527/11, especialmente aquelas assinaladas em seu artigo 8º, §1º, incisos I e §3º.
3. As irregularidades adiante delineadas foram constatadas através da execução de procedimento fiscalizatório nos portais de transparência de todos os municípios do Estado do Rio Grande do Norte – Poderes Executivo e Legislativo, previsto no Plano de Fiscalização Anual 2019-2020 desta Corte de Contas (ID 58/2019).

EXAME TÉCNICO

4. Para aferição da divulgação dos instrumentos de transparência foi verificada a existência de sítio oficial na internet, divulgação de RGF com versões simplificadas, informações sobre receitas e despesas, procedimentos licitatórios, lista de exigibilidades e existência de meios para pedidos de informação na forma eletrônica.

5. Em 01/11/2019, o portal da transparência da Câmara Municipal de Canguaretama foi acessado através do link www.transparencia.sytes.net.5656/CMcanguaretama/, constatando-se na ocasião que o sítio não permitiu acesso ao Portal da Transparência, infringindo os artigos 48, caput, LRF e 8º, caput e § 2º, da Lei 12.527/11 .

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 71, inciso II, Constituição Federal, em como do artigo 53, inciso II, Constituição do Estado do RN e artigo 1º, inciso II, alínea “a”, Lei Complementar Estadual nº 464/2012 e em face das considerações delineadas na presente Informação, este Corpo Técnico sugere:

- a) A aplicação da multa prevista no artigo 107, inciso II, alínea “f”, Lei Complementar nº 464/2012 combinado com o artigo 33, inciso I, alínea “c”, Resolução 11/2016 – TCE, pelo descumprimento dos artigos 48, caput, LRF e 8º, caput, § 2º, da Lei nº 12.527/2011;
- b) A citação do gestor responsável, Sra. Wilinhene Cristina da Silva, CPF: 068.425.541 - 63, para, querendo, apresentar defesa administrativa;
- c) O encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas em caso de revelia ou razões de defesa que versem sobre matéria técnica ou de fato.

Natal/RN, 02 de Dezembro de 2019.

Maria Auxiliadora Amorim Mesquita



Técnico de Controle Externo

Matrícula 14.179 - 8